

DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA: CELEBRANDO VITÓRIAS E APONTANDO CAMINHOS PARA A REALIZAÇÃO DO DHAA DA POPULAÇÃO NEGRA

É memorável que um governo democrático compreenda a importância da preservação e fortalecimento dos bens imateriais da população brasileira e venha se apoiando na força desses bens, a começar por garantir voz e vez a grupos sociais que sempre resistiram para assegurar sua própria existência. Pudemos verificar esse reconhecimento, muitas vezes, por meio da criação de diversos conselhos ao longo dos últimos dez anos, a exemplo do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar (que foi retomado), do qual somos parte integrante.

Nesse momento, alguns fatos nos remetem aos avanços do 20 de novembro, a exemplo da primeira ação da Ministra Luiza Bairros ao assumir a pasta da SEPPIR que foi, exatamente, dialogar com todos os grupos raciais de base, uma vez que esta Secretaria assumiu a missão de caminhar alinhada a uma política central de redução da pobreza e redistribuição de renda.

A parcela da população que carece de um olhar do Estado de combate ao racismo, neste país, é exatamente aquela que se encontra em maior vulnerabilidade social, incontestavelmente, a população negra! Chama nossa atenção os dados do IBGE 2011, os quais demonstram que o Brasil tem mais de 192 milhões de habitantes, dos quais mais de 10 milhões passam fome. A população negra é 48% desses 192 milhões de habitantes e as desigualdades afetam principalmente essa parcela da população brasileira, o que significa dizer que a maioria entre os 10 milhões de brasileiros que ainda passam fome são negros e negras.

Nas nossas metrópoles, nos deparamos muitas vezes com pedintes nas ruas e avenidas, negros e negras, sabendo que essas pessoas, que vivem em situação de vulnerabilidade social no meio urbano compõem uma parte desses 10 milhões de brasileiros que passam fome. Entretanto, é importante também percebermos uma parcela da população negra que não vive nas cidades, por exemplo, as comunidades quilombolas, integrantes do patrimônio imaterial da população brasileira e símbolo de resistência e existência da população negra em solo brasileiro. Os dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República revelam que, do total de brasileiros residentes no campo, um em cada quatro se encontra em situação de extrema pobreza, ou seja, 4,1 milhões ou 25,5% dos 10 milhões de brasileiros que passam fome residem no campo. Se as desigualdades afetam principalmente a população negra, infiro que os jovens negros são um dos principais segmentos da juventude atingidos por essa realidade. Pessoas que vivem com renda menor do que um dólar por dia, atingindo a marca de aproximadamente 16 milhões de habitantes, dos quais 9,6 milhões, ou 59%, estão concentrados no Nordeste, 51% são jovens de até 19 anos de idade, vivendo em 53% dos domicílios que não têm saneamento básico como: água, esgoto e fossa séptica.

Esse retrato nos permite identificar os efeitos de um país que viveu um regime escravocrata, abolido há apenas 124 anos, e uma ditadura militar extirpada há 30 anos, sendo fulcral se perceber os reflexos desses regimes e somar esforços em torno de políticas públicas voltadas ao objetivo de se vencer o grande desafio de erradicar a fome e as desigualdades sociais no Brasil.

Institutos de pesquisa como o IPEA e o IBGE apresentam indicadores sociais que nos permitem afirmar que os Programas Sociais do governo ajudaram a mudar o cenário da situação de pobreza extrema de mais de 20 milhões de pessoas nos últimos 10 anos. Quando buscamos os programas de assistência social implementados nesse período, nos deparamos com o Prouni, o Bolsa Família, o Brasil sem Miséria, os Pontos de Cultura, dentre outros programas de transferência de renda por meio de recursos públicos, identificamos avanços significativos. Entretanto, grandes desafios permanecem, a desigualdade social e racial ainda é elevada no país, mesmo em face desses esforços e tendências de melhoria, persistem dificuldades e entraves para se desenvolver políticas públicas de promoção da igualdade étnicorracial. A título de exemplo, a CP5 tem se voltado à questão do orçamento da igualdade racial no país, identificando recursos limitados, contingenciamento e baixa execução, o que retarda o necessário resgate da dívida histórica com a população negra e demais segmentos historicamente excluídos. Além disso, identificamos que a população negra, embora seja maioria massiva da população na extrema pobreza e miséria, não é visibilizada enquanto tal nas ações do programa Brasil sem Miséria.

Ressaltamos que, nos domicílios rurais em extrema pobreza, 71% da população atingida é composta por negros, pretos e pardos, dentre eles 26% estão na faixa de 15 anos ou mais. Além disso, a segunda matéria veiculada na Carta Capital, publicada em agosto de 2012: *“em 2010, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídio, ou seja, 26,2 a cada 100 mil habitantes. 70,6% das vítimas eram negras. Em 2010, 26.854 jovens entre 15 e 29 foram vítimas de homicídio, ou seja, 53,5% do total; 74,6% dos jovens assassinados eram negros e 91,3% das vítimas de homicídio eram do sexo masculino. Já as vítimas jovens (entre 15 e 29 anos) correspondem a 53% do total e a diferença entre jovens brancos e negros salta de 4.807 para 12.190 homicídios, entre 2000 e 2009. Os dados foram recolhidos do Data SUS/Ministério da Saúde e do Mapa da Violência 2011”*.

Enfim, o atual governo, tendo um ciclo de 10 anos à frente do Estado Brasileiro, alcançou conquistas significativas, mas continua com “velhos” desafios. Como livrar o Brasil do fosso geracional já que nossos jovens estão passando fome, sem saneamento básico, analfabetos, quando não são mortos?

Nosso desafio é grande, mas continuamos orgulhosos por integrar uma nação detentora de um vasto patrimônio imaterial com possibilidades de contribuir com a redução das desigualdades sociais e raciais do país. Também nos mantemos esperançosos e ativos para que o Estado assuma cada vez mais sua responsabilidade de potencializar o fortalecimento de segmentos sociais anteriormente desconsiderados, garantindo sérias políticas educacionais, alinhadas com o desenvolvimento tecnológico e científico; habitacionais, com saneamento básico e regularização fundiária, reforma agrária, cultura, emprego

e propriedades a quem é de direito; de incentivo ao empreendedorismo, alinhadas a essência da sustentabilidade e da economia solidária.

Estamos atentos a todas as possibilidades e oportunidades de contribuir com o direcionamento das políticas públicas destinadas à população negra e povos e comunidades tradicionais, rumo à garantia de direitos e a uma segurança alimentar adequada que garanta uma vida digna para todos e todas.

É nessa perspectiva que a Comissão Permanente Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais - CP5 se mantém como uma instância de participação e controle social e formulação de políticas voltadas à população negra, assim como a povos e comunidades tradicionais.

Muito obrigado!
Axé!